



TRAVESSIA

INFORMATIVO PARA AS REGIÕES 4 E 5 | GUAICUY | Nº 11 | MAIO 2023 | guaicuy.org.br

Saiba como as atividades em campo podem seguir após cortes de orçamento das Assessorias

Quarenta trabalhadores foram desligados no último mês, após definição das Instituições de Justiça sobre orçamento direcionado às ATIs.

O Plano de Trabalho para o primeiro semestre de 2023, elaborado pelo Instituto Guaicuy, precisou passar por adequações após o corte de recursos definido pelas Instituições de Justiça (IJs). Além do desligamento de 40 pessoas na equipe que atua nos territórios de Curvelo, Pompéu e nas comunidades da Represa de Três Marias e do Rio São Francisco, o Instituto reorganizou as atividades previstas de forma a seguir garantindo a participação informada no processo de reparação dos danos das pessoas atingidas.

“Ainda estamos mensurando os impactos e buscando formas de reorganizar as necessidades na nova realidade. Houve uma diminuição de trabalhos no campo, porque

precisamos reduzir os custos de logística e de profissionais atuantes e isso nos preocupa, pois sabemos da importância dessa proximidade e dos atendimentos individuais. Mas estamos nos esforçando para que as pessoas atingidas não se sintam desamparadas”, explica Marcus Vinícius Evaristo, gerente do Instituto.

De acordo com ele, os atendimentos porta a porta realizados pela equipe do Guaicuy e o acolhimento sócio-jurídico e psicossocial precisaram ser praticamente zerados com a nova estrutura. “São atividades de extrema relevância, pois elas entregam democracia, multiplicação de lideranças diversas (mulheres, pessoas negras, pescadores artesanais) na luta pelos direitos violados, e isso tem um impacto no

processo”, avalia. Para o gerente, **a falta desse tipo de atuação vai ser sentida principalmente em territórios com pouco acesso a internet.**

“Sabemos que as pessoas não estão lado a lado, elas vivem espalhadas em áreas rurais, lugares mais isolados, então é sempre necessário um deslocamento nosso, enquanto Assessoria Técnica, até essas residências, para levar e colher informações”, afirma.

É importante lembrar que os cortes no orçamento das ATIs não comprometem o acesso das pessoas atingidas aos direitos garantidos pelo acordo judicial firmado entre o Poder Público e a Vale no dia 4 de fevereiro de 2021. O Anexo 1.1, que garante **Projeto de Demandas das comunidades**, o Anexo 1.2, que define o Programa de Transferência de Renda

(PTR), e o Anexo 1.3, que define os Projetos para a Bacia do Paraopeba, seguirão sendo executados. “Em relação aos anexos, o que muda é a forma como as Assessorias Técnicas acompanham esses processos. No Anexo 1.1, por exemplo, as ATIs vinham colaborando ativamente para a construção de um entendimento de governança possível para esses projetos, com protagonismo das pessoas atingidas. No caso do PTR, buscando soluções para os problemas das pessoas atingidas em relação às poligonais definidas pela Fundação Getúlio Vargas e a documentação exigida. Já sobre o Anexo 1.3, vínhamos contribuindo também para uma permanente busca de informações sobre a execução das obras escolhidas”, explica Marcus.

Reorganização

Na nova estrutura pensada, as equipes que atuam nos territórios foram priorizadas, levando em conta o contato direto delas com as pessoas atingidas para a garantia da participação informada no processo de reparação. Os cortes, segundo Marcus, foram focados em trabalhadores que atuavam em Belo Horizonte, muitos deles em áreas de gestão. “Esses cargos eram importantes,

pois organizavam a informação, de forma transparente, para que ela fosse distribuída pelas regiões onde atuamos. Então, prevemos também um desafio, sem esses profissionais, no fluxo que garante a participação informada de todas as pessoas atingidas no processo”, comenta.

Mesmo assim, um dos setores mais impactados pelas demissões foi o que atuava na área socioam-

biental, passando de 13 funcionários para seis. A equipe era responsável por realizar uma significativa produção técnica de análise de águas, peixes e sedimentos, com o objetivo de gerar uma contracrítica comprovada dos estudos feitos pela Vale nos mesmos locais. “Ter uma resposta concreta sobre a qualidade da água é uma das principais demandas das pessoas atingidas e isso só é possível com um estudo contínuo. Infelizmente, no contexto em que estamos, isso ficará compro-

metido”, explica Marcus.

De acordo com o gerente, as lacunas deixadas pelo corte de verba estão sendo descobertas no dia a dia de trabalho, e todos os esforços estão sendo tomados para que existam possibilidades de amenizar os impactos. “Seguiremos comprometidos com a luta das pessoas atingidas e responsáveis quanto a realidade do projeto, executando as atividades e os trabalhos dentro do que é possível e determinado pelas Instituições de Justiça”, diz.

Entenda os valores do Acordo destinados às ATIs

O Acordo Judicial pela Reparação, assinado em 4 de fevereiro de 2021, ampliou o escopo de atuação das ATIs no território. Ele foi assinado sem consulta e participação das pessoas atingidas, e definiu um valor de R\$37,6 bilhões para a reparação dos danos difusos e coletivos. Desse montante, menos da metade foi destinado para a reparação socioeconômica e pouca efetividade é percebida diretamente pelas vítimas do desastre.

Nesse contexto, o direito à Assessoria Técnica tem se consolidado até hoje como o principal meio de as pessoas atingidas acessarem informações e lutarem pela reparação

justa e integral dos danos sofridos. Dentro do valor total do Acordo, uma quantia de R\$700 mil está prevista para ser destinada à contratação de estruturas de apoio, inclusive auditorias e ATIs. No caso da não utilização destes valores, o saldo remanescente será utilizado conforme decisão das IJs e do Governo de Minas. Diante deste cenário, no dia 9 de março as ATIs apresentaram às IJs um Planos de Trabalho para atividades relacionadas ao processo judicial. A aprovação desse plano depende de decisão judicial e não há nenhuma perspectiva de quando e como ele será avaliado.

Entenda os eixos do Plano de Trabalho do Acordo

- Participação informada;
- Reconhecimento das pessoas atingidas;
- Situações emergenciais;
- Anexo 1.1;
- Anexo 1.2;
- Anexo 1.3;
- Anexo 2;
- Estudos Técnicos;
- Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)



O Guaicuy é a Assessoria Técnica Independente (ATI) eleita pelas comunidades da sua região. A ATI visa garantir o acesso à informação para participação das pessoas atingidas no processo judicial de reparação aos danos causados pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO

Joana Tavares

Região 4 (31) 97141-0958

Região 5 (31) 97102-5001

Telefone/Whatsapp para pessoas atingidas

contato@guaicuy.org.br

SEDE

Brasópolis, 109 - Floresta
Belo Horizonte | CEP 30150-170
(31) 3024-9460

LEIA TAMBÉM PELA INTERNET

www.guaicuy.org.br

[f/institutoguaicuy](https://www.facebook.com/institutoguaicuy)

[@institutoguaicuy](https://www.instagram.com/institutoguaicuy)

Instituto

GUAICUY